



INSTRUÇÃO NORMATIVA CGM/PMP Nº 01/2020 – COVID-19

EMENTA: Define os critérios para auditoria e análise de risco de contratações relacionadas à emergência em saúde do covid-19 e dá outras correlatas providências.

A **CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 1º, Inc. X, da Lei Municipal Complementar nº 1.125 de 22 de maio de 2014, tendo em vista o disposto nos Arts. 40, X e 43, IV da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e,

CONSIDERANDO, a Lei Federal 13.979/2020, com as alterações propostas pela Medida Provisória 926 de 20 de março de 2020 que define regras relacionadas à situação relacionada à Pandemia do novo Coronavírus (Sars-Cov-2);

CONSIDERANDO, a declaração de Emergência em Saúde estabelecida pelo Poder Público municipal de acordo com as disposições do Decreto Municipal nº 5.079/2020;

CONSIDERANDO, enfim, a necessidade de dotar a administração municipal e o gestor de condições de promover controles de risco para as aquisições emergenciais a serem efetivadas neste período, garantindo a segurança da aplicação dos recursos públicos;

RESOLVE:

Art. 1º - As contratações relacionadas à crise do COVID-19 no município de Paracambi deverão atender às disposições da Lei Federal 13.979/2020 e no Decreto Municipal 5.079/2020 e posteriores alterações, bem como, complementarmente, às disposições relacionadas às compras e licitações em geral, no que couber.

Art. 2º - Com vistas ao norteamento das contratações relacionadas ao COVID-19, fica estabelecida a **Matriz de Risco de Contratação** a ser utilizada obrigatoriamente conforme modelo estabelecido no **ANEXO I** desta Instrução Normativa.

Parágrafo Único: O modelo descrito no CAPUT deste artigo deverá ser preenchido, assinado e juntado aos autos antes da formalização dos atos de dispensa de licitação relacionados à contratação.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACAMBI
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM

Art. 3º - Os procedimentos relacionados à COVID-19, objeto desta Instrução Normativa serão auditados de forma preliminar pela Unidade Gestora, por meio do seu controle interno, a quem compete promover a auditoria anterior e posterior à contratação, utilizando o modelo definido no **ANEXO II** desta Instrução Normativa.

Art. 4º - Todos os processos relacionados às contratações fundamentadas na situação de emergência relacionada ao COVID-19, deverão, após o término da situação emergencial ou do prazo de vigência destes, serem encaminhados à Controladoria Geral do Município, que procederá a validação da auditoria realizada pelo controle interno da sua unidade gestora.

§1º - Além dos processos onde se formulou a contratação, deverão ser encaminhados os eventuais aditivos e processos de pagamento relacionados ao mesmo contrato.

§2º - O encaminhamento dos processos de contratação, seus anexos e apensos será de atribuição da unidade gestora.

§3º - O encaminhamento dos processos de pagamento relacionados aos contratos citados no CAPUT deste artigo será efetivado pela Secretaria Municipal de Finanças.

§4º - Os processos deverão ser encaminhados em original, com cópia digitalizada da sua íntegra em mídia anexa no prazo de até 15 dias após a ocorrência de uma das condições previstas no CAPUT deste artigo.

Art. 5º - A Controladoria Geral do Município deverá auditar os processos quanto aos aspectos relacionados à execução contratual, conforme definido no modelo do ANEXO II desta Instrução Normativa.

Parágrafo único: A auditoria realizada pela Controladoria Geral do Município deverá ainda considerar os aspectos avaliados pelo controle interno da unidade gestora, na forma dos ANEXOS I e II desta Instrução Normativa.

Art. 6º - No que couber, às unidades gestoras responsáveis pelo trâmite dos processos de compras e licitações, deverão utilizar os modelos estabelecidos pela União, disponibilizados no seguinte endereço eletrônico: <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/gestorpublico/1272-contratacoes-emergenciais-de-insumos-de-saude-como-montar-o-seu-processo>

Art. 7º - Esta instrução normativa se aplicará no que couber, nas requisições para contratação direta por necessidades emergenciais indiretamente geradas pelas medidas de enfrentamento à epidemia da COVID-19, tais como a decretação de quarentena com a redução ou suspensão de atividades administrativas ou econômicas.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACAMBI
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM

Art. 8º - Esta instrução normativa entra em vigor na data de sua assinatura.

Paracambi, CGM, 02 de abril de 2020.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

ROMERO AGRA NASCIMENTO

Controlador Geral

Mat. 15.044